



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2025.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Requer informações ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, acerca do decreto de sigilo de cinco anos imposto pela pasta sobre telegramas diplomáticos e circulares enviadas pela Embaixada do Brasil em Caracas, relacionados a assuntos envolvendo os irmãos Batista, o grupo J&F, a JBS e a Âmbar Energia, conforme amplamente noticiado pela imprensa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, informações acerca do decreto de sigilo de cinco anos imposto pela pasta sobre telegramas diplomáticos e circulares enviadas pela Embaixada do Brasil em Caracas, relacionados a assuntos envolvendo os irmãos Batista, o grupo J&F, a JBS e a Âmbar Energia, conforme amplamente noticiado pela imprensa.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Por que o governo optou por impor um sigilo de cinco anos sobre documentos diplomáticos e circulares enviadas pela Embaixada do Brasil em Caracas, especialmente aqueles relacionados aos irmãos Batista, ao grupo J&F, à JBS e à Âmbar Energia?
- 2- Não seria mais adequado garantir o acesso público a esses documentos, considerando o interesse da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

sociedade em compreender as relações entre figuras empresariais poderosas e a diplomacia brasileira?

- 3- O governo considera que manter essas informações confidenciais atende ao interesse público ou serve para proteger certos interesses?
- 4- Em que contexto os telegramas e circulares relacionados aos irmãos Batista e ao grupo J&F foram classificados sob sigilo?
- 5- Quais critérios foram usados para determinar que esses documentos não poderiam ser divulgados imediatamente, considerando a relevância pública do tema?
- 6- Este sigilo de cinco anos não seria uma tentativa de encobrir informações cruciais que poderiam esclarecer possíveis vínculos entre o governo e as práticas empresariais do grupo J&F, JBS e Âmbar Energia?
- 7- Como o governo garante que essa decisão não prejudica a confiança da sociedade nas suas ações e na transparência de suas relações com grandes conglomerados?
- 8- A imposição do sigilo de cinco anos não compromete a credibilidade do governo, principalmente em um momento em que o país clama por mais transparência e maior controle sobre possíveis malfeitos de grandes empresas?
- 9- Como o governo responde às críticas que apontam que essa medida pode ser vista como um retrocesso na luta contra a corrupção?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 07/02/2025 12:15:45.907 - Mesa

RIC n.270/2025

- 10-Dado o histórico das empresas envolvidas, com investigações públicas já em curso sobre práticas ilícitas, qual a real justificativa para garantir que essas informações permaneçam protegidas por um período tão longo?
- 11-Existe algum risco de que a divulgação desses documentos comprometa a segurança nacional ou as relações diplomáticas do Brasil? Se sim, qual seria esse risco?
- 12-O governo está ciente de que a falta de transparência sobre essas questões pode alimentar especulações e desconfiança na população?
- 13-Como o governo pretende lidar com as dúvidas que surgem devido à ausência de uma justificativa clara para o sigilo de documentos tão relevantes?
- 14-Não seria mais prudente liberar essas informações agora, ao invés de aguardar cinco anos, visto que o sigilo só aumenta a sensação de que há algo a ser ocultado?
- 15-O governo não considera que o acesso público a esses documentos pode ser fundamental para esclarecer a relação entre o poder público e grandes grupos empresariais?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro das Relações Exteriores entenda como pertinentes, sobre a decisão do sigilo e os possíveis impactos dessa medida.





JUSTIFICAÇÃO

A decisão do Ministério de Imposição de um sigilo de cinco anos sobre telegramas diplomáticos e circulares enviadas pela Embaixada do Brasil em Caracas, que tratam de assuntos envolvendo os irmãos Batista, o grupo J&F, a JBS e a Âmbar Energia, desperta profunda preocupação.

Este decreto de sigilo levanta uma série de questões sobre a transparência, o direito da sociedade à informação e a possibilidade de encobrimento de detalhes cruciais que envolvem figuras e empresas com histórico de grande repercussão no cenário nacional.

Segundo o portal “Revista Oeste”¹, o Ministério das Relações Exteriores do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decretou cinco anos de sigilo para telegramas diplomáticos sobre os irmãos Joesley e Wesley Batista e a ditadura de Nicolás Maduro. A apuração é de O Globo. Em dezembro do ano passado, a reportagem do jornal solicitou acesso ao inteiro teor digitalizado de telegramas, despachos telegráficos e circulares do Itamaraty com a Embaixada do Brasil em Caracas. Os documentos eram referentes aos irmãos Batista, ao grupo J&F, à JBS e à Âmbar Energia.

Entre os temas abordados, está o relato de uma visita ao então ministro de Petróleo e presidente da PDVSA, Pedro Tellechea, que teria acontecido em 27 de fevereiro do ano passado (2024). Contudo, o Termo de Classificação da Informação, documento pelo qual o ministério informou o sigilo, não esclarece quem participou da audiência nem os assuntos tratados. A J&F tem interesses na Venezuela e vem realizando reuniões com autoridades do regime de Maduro. Em 2023, o grupo dos irmãos Batista ingressou no setor de óleo e gás com a aquisição da Fluxus, uma petroleira de pequeno porte. Depois da compra, Joesley e Wesley passaram a buscar campos de petróleo na Venezuela e no Peru.

¹ <https://revistaouest.com/politica/lula-poe-sigilo-em-documento-de-irmaos-batista-na-venezuela/>





Em outra frente de negócios, em abril do ano passado, o Ministério de Minas e Energia autorizou que a Âmbar Energia, dos Batistas, negociasse a compra de energia elétrica vinda da Venezuela. Em outubro, a Âmbar assinou termo de transferência para assumir o controle da distribuidora de energia do Amazonas. O sigilo das comunicações diplomáticas sobre os irmãos Batista e a Venezuela foi determinado pela embaixadora do Brasil em Caracas, Glivânia Maria de Oliveira. Ao justificar a decisão, a embaixadora recorreu a um dispositivo da Lei de Acesso à Informação que permite restringir o acesso a dados que possam *“prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do país, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais”*.

Ainda, a reportagem informa que a diretora-executiva da ONG Transparência Brasil, Juliana Sakai, disse ao jornal O Globo que *“causa espanto”* que o Itamaraty opte por ocultar por cinco anos informações referentes aos negócios dos irmãos Batista na Venezuela. *“Este tipo de postura contraria o princípio da publicidade da administração pública, ao retirar do escrutínio público atividades de figuras que já confessaram anteriormente ter pagado propina para obter vantagens para os seus negócios”*, afirmou ao veículo.

Ressalta-se, primeiramente, que o sigilo sobre documentos de interesse público, especialmente aqueles que envolvem potenciais ilícitos financeiros e relações com grandes conglomerados empresariais, tende a aumentar a desconfiança da população quanto à integridade do processo. O Brasil tem enfrentado desafios em relação à transparência e ao combate à corrupção, e medidas como esta podem ser vistas como um retrocesso no esforço por uma gestão pública mais aberta e responsável.

Além disso, considerando que as figuras envolvidas – os irmãos Batista, o grupo J&F e a JBS – estão intimamente relacionadas a escândalos de corrupção que marcaram o país nos últimos anos, é legítimo questionar os motivos por trás de uma decisão que impede o acesso público a informações que poderiam esclarecer a extensão de possíveis ilegalidades ou malfeitos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Ademais, por que, em um momento em que a sociedade clama por mais clareza, o governo opta por um sigilo de cinco anos? Quais interesses podem estar por trás dessa medida que limita o acesso a informações fundamentais para a compreensão de um possível envolvimento entre setores empresariais poderosos e questões diplomáticas de grande relevância? E o mais importante: até que ponto essa decisão atende ao interesse público, ou se alinha com a necessidade de proteger certas relações que, possivelmente, poderiam ser prejudicadas pela divulgação de documentos sensíveis?

Contudo, a falta de explicações claras sobre os critérios utilizados para impor esse sigilo aumenta a sensação de que estamos diante de uma tentativa de ocultar informações que são essenciais para a construção de uma narrativa honesta e completa sobre os acontecimentos que envolvem grandes players do setor empresarial e político do Brasil.

Diante desse cenário, o governo precisa, mais do que nunca, ser transparente em suas ações e garantir que decisões dessa natureza não atentem contra o direito da sociedade de saber o que está acontecendo nos bastidores do poder.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

